

FREUD E O DESCENTRAMENTO DA SUBJETIVIDADE: O INCONSCIENTE COMO VIA DE RECUSA CONSCIENCIALISTA

Diego Luiz Warmling¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

 <https://orcid.org/0000-0003-4400-8170>

E-mail: diegowarmling@hotmail.com

Petra Bastone²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

 <https://orcid.org/0000-0002-6727-1724>

E-mail: petrabastone93@gmail.com

RESUMO:

O inconsciente foi a maior contribuição freudiana e passou por reformulações. Da primeira até a segunda tópica, Freud teorizou a respeito de um Eu inconsciente e nada soberano. Nos interessa nesse artigo mostrar como Freud estabelece uma crítica às teorias consciencialistas e qual o caminho percorrido para encontrar um outro caráter para o Eu. Para tanto, mobilizaremos sua teoria do desejo, sendo esta a principal responsável pelo funcionamento do psiquismo. Suporemos que o inconsciente freudiano introduz para a humanidade um modo de lidar com as faltas que, além de não extirpáveis, nos descentram a todo momento.

PALAVRAS-CHAVE: Inconsciente; Desejo; Descentramento; Subjetividade.

FREUD AND THE DECENTERING OF SUBJECTIVITY: THE UNCONSCIOUS AS A WAY OF CONSCIENCIALIST REFUSAL

ABSTRACT:

The unconscious was Freud's greatest contribution and underwent reformulations. From the first to the second topic, Freud theorized about an unconscious Self and nothing sovereign for itself. We are interested in this article to show how Freud establishes a critique of consciencialist theories and the path taken to find another character for the Self. In this sense, we will mobilize his theory of desire, which is the main responsible for the functioning of the psyche. We will assume that the Freudian unconscious introduces to humanity a way of dealing with faults that, in addition to not being eradicated, decenter us at all times.

KEYWORDS: Unconscious; Desire; Decentration; Subjectivity.

¹ Doutorando(a) em Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, Brasil.

² Doutorando(a) em Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

1. A narrativa do desejo e os sistemas psíquicos

Se pudéssemos condensar a contribuição freudiana numa palavra, “seria incontestavelmente a de inconsciente” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986, p. 307). Entre a primeira e a segunda tópicos, o inconsciente assume-se não só como um sistema psíquico (*Ics*) constituído por conteúdos recalçados³ fugidios às instâncias *Pcs/Cs*, mas também como qualitativo de noções como *Id*, *Eu* e *Super-eu*. Distanciando-se da sinonímia entre a organização tópica e a anatomia cerebral, o inconsciente freudiano “não é hereditário nem cerebral, nem automático, nem neural, nem cognitivo, nem metafísico, nem metapsíquico, nem simbólico” (ROUDINESCO, 1999, p. 20). Emergindo de maneira negativa, ele é uma “outra cena” cuja meta é “deixar para trás as elaborações de ontologias realistas e de teorias sobre realidades evidentes” (Perez, 2017, p. 62).

Ora, mas se o objetivo é problematizá-lo perante as tradições consciencialistas, então é preciso dizer que Freud não estabeleceu o inconsciente da noite para o dia, nem tampouco foi seu inventor ou descobridor. Elegendo-o como o cerne de sua doutrina, Freud se distingue não por falar do inconsciente, mas porque “levou-o a sério e forneceu-lhe um novo conteúdo” (ESB, vol. XXIIIa, p. 184). Não foi por cálculos ou observações empíricas, mas por meio de elaborações e reelaborações clínico-experimentais que Freud estruturou sua noção de inconsciente: um sistema cujas leis de funcionamento o tornam “uma instância a que a consciência já não tem acesso” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 375). Interna ao sujeito e externa a artificialismos lógicos, a estilização freudiana parte de uma mistura entre a ênfase filosófica dada à faceta sombria da psique e a terapêutica proposta pela psiquiatria dinâmica. Trata-se de interpelar as hipóteses segundo as quais o *cogito* deve, diante das desrazões do corpo, domesticar as manifestações lacunares à consciência.

Estudando de perto os fenômenos que a medicina recusava, a psicanálise buscou inicialmente compreender a histeria⁴, enfatizando aí os conteúdos que escapam ao pensamento pelo simples fato de não estarem “presentes no campo actual da consciência” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986, p. 306). Convicto de que “a divisão da consciência [...] acha-se presente em grau rudimentar em toda histeria” (ESB, Vol. II, p. 25), Freud fornece sustentáculos não só às dinâmicas do aparelho psíquico, mas ao funcionamento dos processos inconscientes. Suas análises avançam de tal forma que, em 1899, publica sua *Die Traumdeutung*; obra cujas constatações seriam, para ele, as mais valiosas da teoria psicanalítica. Estamos falando da primeira tópica: uma teoria capaz de descrever como os desejos se relacionam com a histeria, os sintomas, as fantasias e o trabalho onírico, na medida em que ambos são considerados do ponto de vista da afetividade, tal como “uma pulsão da qual não temos consciência” (NÁSIO, 1999, p. 40)

Datada apenas na virada do século, *A Interpretação dos Sonhos (1900)* é não só “a via real para o conhecimento das atividades inconscientes da mente” (FREUD, 2001, p. 513), mas o melhor trajeto ao estudo das neuroses, visto que o sentido analítico dos sonhos representa o curso à articulação entre normal e patológico. Não absurdos, os sonhos são realizações imagética dos desejos. Comunicáveis a outrem, o que em psicanálise vale deles são seus relatos reminiscetes. Para Freud, deve-se tomar não “o sonho como um todo, mas partes separadas de seu conteúdo”

³ Operando na fronteira entre os sistemas *Ics* e *Pcs/Cs*, a função do recalçamento é “proteger o *Pcs/Cs* das representações fortemente investidas pulsionalmente e pertencentes ao sistema *Ics*” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 223). Trata-se da operação através da qual busca-se “repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986, p. 553). Oriundo dos casos onde a pulsão ameaça provocar desprazer, o recalçamento atua de modo a fazer com que tais representações sejam mantidas ou mandadas de volta ao *Ics*. Por isso, não raro é sinônimo do inconsciente.

⁴ Em Freud, os sintomas da histeria são explicados como uma invasão da “consciência patológica cuja formação era devida aos conteúdos que ética e moralmente não podiam ser aceitos pela consciência normal da paciente ou eram pensamentos, ideias ou vivências ocorridos quando a paciente se encontra em um estado alterado de consciência” (CHAUI-BERLINCK, 2014, pp. 27-28)

(FREUD, 2001, p. 106), pois o sonhador sabe “do seu sonho, apenas não sabe que sabe” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 63).

Não plenamente tematizáveis pelo sonhador e seu analista, os sonhos são realizações disfarçadas dos desejos. Em função da censura, sofrem deformação, sendo esta uma proteção contra os ímpetos ameaçadores dos quereres. Se recordável e relatável, o sonho é “um substituto deformado de outra coisa, de um conteúdo inconsciente, ao qual se pretende chegar através da interpretação” (GARCIA-ROZA, 2014a, pp. 63-64). Entre os *conteúdos manifestos* de uma lembrança e os *pensamentos onírico latentes*, cuja sintaxe é dada pelo inconsciente, a meta da interpretação é encontrar o sentido oculto dos sonhos, percorrendo o caminho das narrativas manifestas aos pensamentos latentes.

Na contramão dos discursos que afastam o inconsciente de sua relação com a verdade, o método psicanalítico faz aparecer aquilo que a fala oculta e interdita nos desejos. Buscando transpor a censura, Freud entende que a maneira de fazer o desejo inconsciente aparecer é admitindo-o em suas formas distorcidas. Na via inversa, a meta da *interpretação* é alcançar, entre condensações e deslocamentos, os significantes latentes por meio das narrativas manifestas, na tentativa de decifrar os pensamentos oníricos. E se a sobredeterminação é uma característica do inconsciente, então o sentido de um sonho, de um sintoma, de um lapso, etc. jamais cessa numa só análise. Um só elemento onírico/sintomático aponta para uma diversidade de pensamentos latentes e fatores determinantes, tornando seu esgotamento quase impossível. Não havendo, pois, uma exegese cristalina, não é que não exista verdade nas formações inconscientes; acontece que esse inacabamento da interpretação “não decorre de uma deficiência do método, mas é constitutivo dele” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 71). Assim, ainda que um sonho seja interpretado, “é frequente haver um trecho que tem de ser deixado no obscuro. [...] Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido” (FREUD, 2001, p. 449). Eis o que permite aludir à uma topologia do psiquismo.

No sentido de evitar “a tentação de determinar sua localização psíquica como se fosse anatômica” (FREUD, 2001, p. 458), é no capítulo VII *d’A interpretação dos sonhos* onde Freud introduz a hipótese das modalidades de distribuição do desejo. Referindo-se mais a lugares metafóricos do que a dados neurológicos, é aqui onde o autor inaugura sua primeira tópica, compreendendo que seu dinamismo parte de sistemas/instâncias orientados num sentido progressivo-regressivo.

Destituídos da possibilidade de atestação ou universalização, estes sistemas “não possuem nenhuma realidade ontológica” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 78), pois o que se destaca é a tentativa “dar cuenta – mediante un dispositivo, articulado y articulable, del funcionamiento del aparato que sustenta a la psique – de la vida psíquica propiamente inconsciente” (ASSOUN, 2002, p. 31). Para Freud, não se trata de espacializar tais instância; basta que uma ordem seja “estabelecida pelo fato de, num determinado processo psíquico, a excitação atravessar um sistema numa dada sequência *temporal*” (FREUD, 2001, p. 459). Estruturado por uma tríade antitética cujo dinamismo mantém, perante o decurso da excitação, um fluxo mais ou menos contínuo, o que importa ao aparelho psíquico é a posição de cada um dos seus sistemas diante dos demais. Assim, temos um esquematismo onde se fala não daquilo que não se mostra à consciência, mas de “outra cena”. Um sistema em um conjunto de sistemas: “o *Ics (Ubw)*, que se contrapõe a outro sistema psíquico, o *Pcs/Cs (Vbw/Bw)*, que é em parte inconsciente (*unbewusst*) mas que não é o inconsciente (*das Unbewusste*)” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 210).

Diferentemente das proposições tecidas pelas teorias consciencialistas, Freud não enfatiza a divisão “que separa o que é inconsciente do que é consciente, mas a que separa o que pertence ao sistema *Ics* do que pertence ao sistema *Pcs/Cs*” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 219). Ambas instâncias são lugares psíquicos cujas relações com o desejo se dão de maneiras diversas. Assim, se o *Pcs/Cs* é responsável pela “maneira singular como cada um percebe a si mesmo, percebe o

mundo e se relaciona com ele” (CHAUI-BERLINCK, 2014, p. 14), é daqui em diante que Freud demarca sua estilização do inconsciente, passando a empregá-lo não mais como adjetivo, e sim como substantivo: um sistema psíquico “fora do campo atual da consciência” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 80).

Dadas a orientação progressivo-regressiva e a posição parcial de cada um dos seus sistemas, essa estruturação tem por meta uma topologia capaz de expressar os dinamismos psíquicos. Em função do *locus* que ocupa, o *Ics* só acessa a consciência enquanto se conformar às exigências do *Pcs/Cs*. Sejam quais forem seus conteúdos, ele “não tem acesso à consciência senão através do pré-consciente, e seu processo excitatório é obrigado a submeter-se a modificações ao passar por ele” (FREUD, 2001, p. 462). Narrável apenas enquanto se permite distorcer pelos demais sistemas, o inconsciente como propulsor “do sonho se esforçará por avançar para o *Pcs*, e, a partir daí, ganhar acesso à consciência” (FREUD, 2001, p. 463). Deste modo, se é fato que, durante os estados de vigília, a excitação percorre um sentido progressivo, é por meio de sonhos e alucinações que ela se reveste de imagens mnêmicas, indicando assim “um caráter ‘regressivo’” (FREUD, 2001, p. 463).

Para Freud, a lógica válida aos sistemas *Pcs/Cs* não é a mesma do *Ics*. Enquanto fenômeno da *regressão*⁵, o sonho como produto do desejo inconsciente é “substituto de uma cena infantil, modificada ao ser transferida para uma experiência recente” (Freud, 2001, p. 466). Em função de certas proibições, tais pensamentos são transfigurados pela elaboração onírica, que, entre condensações e deslocamentos, investe na figuração. Suscitado ora por restos diurnos não satisfeitos, ora por recalcamientos, ora por querer inconscientes, um desejo só consegue, portanto, “tornar-se instigador do sonho quando logra despertar um desejo inconsciente do mesmo teor e dele obter reforço” (FREUD, 2001, p. 471). Não completamente reconhecíveis, os desejos inconscientes, enquanto não forem impedidos pela censura, permanecem indestrutíveis e disponíveis à interpretação. Assim, se o passado se conserva no inconsciente e se a lógica do *Pcs/Cs* não é a mesma do *Ics*, então um só acontecimento é capaz de desencadear reações afetivas completamente distintas entre ambos os sistemas. Se um fato provoca prazer no *Ics*, no *Pcs/Cs*, pode vir acompanhado de ansiedade. E no que diz respeito aos sonhos, ressalta-se a existência de dois tipos de desejos: “o do *Ics* e o do *Pcs/Cs*, e eles nunca estão de acordo” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 86).

Figurando como uma amostra da cena infantil que fora suplantada pelo recalcamiento, a função do sonho reside – tal qual a loucura e as neuroses – em distorcer, realizar e catexizar os desejos inconscientes. Retomando o suposto segundo o qual a característica dos pensamentos oníricos é “tornar móvel e passível de descarga a energia catexizante” (FREUD, 2001, p. 505), Freud entende que tal energia se distribui pelos sistemas psíquicos, sendo que, se o *Ics* luta para livrar-se dela, o *Pcs/Cs* quer impor-lhe restrições. Atuando em favor do livre escoamento, o *modus operandi* do *Ics* é fruto do acúmulo energético no interior do sistema, sendo que sua meta é repetir as satisfações de outrora. Enquanto o *Pcs/Cs* procura transformar energia móvel em satisfação quiescente, o “*Ics* dirige sua atividade no sentido de garantir a livre descarga da excitação acumulada” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 89).

Ao passo que o *Pcs/Cs* se ocupa em orientar a energia catexizada, o *Ics* não partilha do mesmo *logos*: a negação. Não tético, o inconsciente “não pode fazer nada senão desejar” (FREUD, 2001, p. 508). Priorizando os estados de equilíbrio psíquico, o *Pcs/Cs* não pode, todavia, reprimir totalmente o *Ics*. Em Freud, isso é suficiente para que se descreva o processo psíquico admitido pelo *Ics* “como ‘*processo primário*’, e o processo que resulta da inibição imposta pelo segundo sistema, como ‘*processo secundário*’” (FREUD, 2001, 508).

⁵ Em 1900, Freud comenta: dá-se *regressão* “quando, num sonho, uma representação é transformada novamente na imagem sensorial de que originariamente derivou” (FREUD, 2001, p. 464). Trata-se de uma reprodução alucinatória da experiência original.

Arelado ao *Pcs/Cs*, o *processo secundário* é resultante de uma modificação não substitutiva dos processos *Ics*, considerando que estes são demarcados pelos mecanismos de *deslocamento* e *condensação*⁶. Invertendo a sequência, teremos: enquanto “o *processo primário* esforça-se por promover uma descarga da excitação, a fim de que [...] possa estabelecer uma ‘identidade perceptiva’” (FREUD, 2001, p. 508), o *Pcs/Cs* abandona essa intenção ao visar “uma ‘identidade de pensamento’” (FREUD, 2001, pp. 508-509). Economicamente falando, tal distinção é análoga à antinomia entre os dois modos de escoamento energético: *energia livre* e *energia ligada*. Enquanto que no *processo primário* a energia transita livre e diretamente entre as representações, no *secundário*, impera uma forma de investimento estável, sempre acompanhada “de um bom investimento do eu e por uma inibição dos processos primários” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 232). Assim, se o *Ics*, sendo correlato do *princípio do prazer*, busca dissipar rapidamente a energia psíquica para, disto, reinvestir-se em satisfações alucinatórias, o *Pcs/Cs*, regulado pelo *princípio de realidade*, visa um escoamento controlado, ou seja, mediante desvios e adiamentos na busca por satisfação.

Os processos *Ics* não são destrutíveis pois, mesmo quando recalçados, retornam sob a forma de sintomas, atos falhos, sonhos, etc. Por conseguinte, se há uma energia catexizante específica para cada sistema, o que se transfere entre eles não é a energia, mas suas representações. Seus conteúdos são formados por *afetos* e *representações*⁷, sendo estas divididas entre *representações de palavras* e *representações de coisas*, cujos investimentos consistem, “se não das imagens mnemônicas diretas das coisas, ao menos de traços mnemônicos mais distantes e delas derivados” (FREUD, 2010b, p. 146). Enquanto o *Ics* é constituído por *representações-coisa*, o *Pcs/Cs* conta com *representações-coisa* e *representações-palavras*. Na medida em que o *Ics* conta com “investimentos objetivos propriamente ditos; o sistema *Pcs/Cs* surge quando essa representação da coisa é sobreinvestida mediante a ligação com as representações verbais” (FREUD, 2010b, p. 147). Desde o recalçamento, não se trata, então, de evitar o deciframento do inconsciente, mas de impedir que a *representação-coisa* “seja sobreinvestida a partir do sistema *Pcs/Cs* fazendo o enlace com a *representação-palavra*” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 229).

Inaugurando a primeira tópica, o discurso sobre desejo e, conseqüentemente, a distinção entre *Ics* e *Pcs/Cs* facilmente assumiria o sentido de uma atestação fenomenológica da psicanálise caso Freud não tivesse feito corresponder, para cada sistema, “leis, modos de funcionamento dos processos psíquicos e modos de articulação entre as representações, inteiramente diferentes para um e outro” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 220). Freud adverte “para não se colocar a percepção pela consciência no lugar do processo psíquico inconsciente, que é o objeto desta percepção” (FREUD, 2010b, p. 108). Cada qual dotado de uma lógica específica, a concepção tópica do psiquismo a partir dos sistemas *Ics* e *Pcs/Cs* não recusa, todavia, o valor das teorias da consciência; apenas destaca que a psicanálise pertence a uma problemática avessa às teorias consciencialistas. A marca que lhe distingue é o inconsciente não no sentido “adjetivo, descritivo, perfeitamente inteligível pela psicologia da consciência, mas o inconsciente sistemático” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 178). Esta estilização possui suas propriedades; e talvez a melhor maneira de compreendê-la é começar enunciando o que o inconsciente não é.

⁶ No artigo *O Inconsciente* (1915), Freud diz que o *Ics* opera com “uma mobilidade bem maior das intensidades de investimento” (FREUD, 2010b, p. 127). Assim, se pelo processo de *deslocamento* uma representação é suscetível “de se soltar dela para passar a outras representações originariamente pouco intensas, ligadas à primeira por uma cadeia associativa” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986, p. 162), pela *condensação*, “uma representação única representa por si várias cadeias associativas, em cuja intersecção se encontra” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986, p. 129).

⁷ Para Freud, as *representações* são investimentos de traços mnêmicos, enquanto os *afetos* correspondem a descargas percebidas como sensações

2. Uma “outra cena”: o inconsciente e suas propriedades negativas

Em *Das Unbewusste (1915)*, Freud questiona como conhecer e caracterizar o inconsciente. Por meio de sonhos, lapsos, atos falhos, chistes, sintomas, etc., ele diz ser possível verificar a persistência de atos que “a consciência não dá testemunho” (FREUD, 2010b, p. 101). Estes atos nos familiarizam com pensamentos “cuja elaboração permanece oculta para nós” (FREUD, 2010b, p. 101). Contrariando quaisquer projetos de redução do psíquico à razão, Freud entende que “é nas *lacunas* das manifestações conscientes que temos de procurar o caminho do inconsciente” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 171).

Carregados de um sotaque todo particular, estes fenômenos lacunares dão foco não apenas às discontinuidades das narrativas conscientes, mas àquilo pelo que “o sujeito se sente ultrapassado, pelo que ele acaba achando ao mesmo tempo mais e menos do que esperava” (LACAN, 1988b, p. 30). Como que atravessados por um outrem dissimulado na fala, o inconsciente trata-se de uma outra ordem irreduzível às ações conscientes, mas que se insinua nas faltas e silêncios destas. Estamos falando de uma estrutura segunda que surge não como “não-conceito, mas o conceito da falta” (LACAN, 1988b, p. 30).

Isto posto, é contra a ideia de uma subjetividade monolítica que a psicanálise freudiana demarca sua originalidade. Destacando-o como um sistema dotado de uma linguagem própria, Freud diferencia o inconsciente partindo daquilo que ele não é. Se outrora o “inconsciente” designou o não-consciente, é como uma tópica do psiquismo que “ele não é uma franja ou margem da consciência, também não é o profundo da consciência, assim como não é o lugar do caótico e do misterioso” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 209).

Potencialmente capazes de consciência, os sistemas psíquicos são autônomos, e “não há neles nada de arbitrário” (Freud, 2001, p. 441). Entendendo que o *Pcs/Cs* abrange apenas um quinhão do psiquismo, Freud é enfático contra quem universaliza os atributos da consciência, estereotipando a psicanálise como uma *psicologia das profundezas*. Para ele, o *Ics* não é uma “gradação da consciência, seja no sentido do mais profundo, seja no sentido do mais afastado do centro” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 210). Por isso, tampouco se identifica com o lugar do caótico, do ilógico, do ininteligível ou mesmo da vontade em estado bruto.

Não havendo, então, nada de arbitrário nas transformações a que as representações oníricas são submetidas, Freud entende que o valor da livre associação reside no fato do paciente ser “instruído a falar tudo o que lhe vier à cabeça, sem julgar ou censurar nenhum pensamento, sem buscar que seus pensamentos sejam lógicos ou coerentes” (CHAUI-BERLINCK, 2014, p. 25). Falando livremente, os limites impostos pela consciência são suspensos, de modo que a expectativa coerência deixa de se impor sobre os relatos. Como bem resume Garcia-Roza, o inconsciente freudiano não é, pois, “o mais profundo, nem o mais instintivo, nem o mais tumultuado, nem o menos lógico, mas uma outra estrutura, diferente da consciência, mas igualmente inteligível” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 173).

Ademais, o inconsciente tampouco é atestável. Aliás, há de se perguntar se é possível aferir-lhe estatuto ontológico? Por natureza, o *Ics* escapa aos “esforços de pensar nas ideias como se fossem armazenadas em células nervosas” (FREUD, 2010b, p. 112). Referindo-se não a lugares anatômicos, mas “a regiões do aparelho psíquico, onde quer que se situem no corpo” (FREUD, 2010b, p. 112), o inconsciente só é o que é mediante os efeitos lacunares que produz na consciência. Jamais plenamente observável, não se chega nele “tal como é”, pois não existe o “Ser” inconsciente. Assim, propor uma fenomenologia do inconsciente “é uma tarefa impossível” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 211). Tal como uma linguagem, se atestável, ele “só pode existir no interior do campo da psicanálise e, mais precisamente, no interior do campo do tratamento analítico” (NÁSIO, 1993, p. 49). Por isso, não se trata de desqualificá-lo alegando que a psicanálise é vítima de um realismo ingênuo, mas de entender que o inconsciente se revela num

ato que surpreende e ultrapassa as intenções de fala do analisando: “o sujeito diz mais do que pretende e, ao dizer, revela sua verdade” (NÁSIO, 1993, p. 50). É durante a análise que, a cada nova sintaxe, o sujeito, junto com o analista, “produz o inconsciente e faz com que ele exista” (NÁSIO, 1993, p. 50). Trata-se de um constructo que não é pertencente ao indivíduo; antes algo impessoal, produto das relações *transferência*⁸ fomentadas entre analista e analisando.

Ora, mas quais são suas especificidades? No capítulo V do artigo de 1915, Freud reedita alguns dos posicionamentos de *Traumdeutung*, no intuito de reafirmar que as propriedades de cada instância são inconfundíveis. Enquanto o *Pcs/Cs* é pautado pelos signos da lei, da ordem e da estabilidade, o *Ics* “consiste de representantes intuitivos que querem descarregar seu investimento” (FREUD, 2010b, pp. 126-127). No *Ics*, é possível que catexias contraditórias coexistam sem se influenciarem ou eliminarem. Neste sentido, no inconsciente “não há negação, não há dúvida nem grau de certeza” (FREUD, 2010b, p. 127). Uma vez que a negação é símbolo da vida tética, não é de se estranhar que, “n’outra cena”, as moções de desejo procurem descarga da forma mais direta possível. Para Freud, o *Ics* é marcado por uma grande mobilidade energética. E não adianta dizer que aí reside a não-contradição, pois o que existe são “apenas conteúdos mais ou menos fortemente investidos” (FREUD, 2010b, p. 127).

Outra característica dos processos *Ics* é que “não são ordenados temporalmente, não são alterados pela passagem do tempo, não têm relação nenhuma com o tempo” (FREUD, 2010b, p. 128). Os processos inconscientes não sofrem desgaste. Ora, mas isso não significa negar-lhes a temporalidade. Freud não recusa o tempo ao inconsciente; ocorre apenas que não o reduz ao “conceito tradicional de tempo e sobretudo à temporalidade característica do *Pcs/Cs*” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 233). Perpétuo no tempo histórico, o *Ics* é ativo, extratemporal e inesgotável. Se inicialmente silencioso, logo “reaparece ali e não define nunca. É só tentar fazê-lo calar-se para que ele reviva prontamente” (NÁSIO, 1999, p. 41). O que Freud recusa é a “temporalidade semelhante ao tempo vivido” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 234), pois inconsciente não observável para nós enquanto tal.

Pertencentes à uma ordem cuja dependência deve-se apenas ao *princípio do prazer*, os processos *Ics* “tampouco levam em consideração a *realidade*” (FREUD, 2010b, p. 128). Cognoscível apenas por sua *realidade psíquica*, o inconsciente é incapaz de existência fática, pois a ele “se sobrepe bastante cedo o *Pcs*” (FREUD, 2010b, p. 128). Seja por sonhos, sintomas, atos falhos, chistes, etc., a estilização freudiana não é fruto de uma observação direta e imediata, como se buscasse a “coisa mesma”. Vívido, o inconsciente é autônomo, mas mantém “relações com o *Pcs*, entre elas também a de cooperação” (FREUD, 2010b, p. 131).

Sobretudo, o *Ics* é “uma lei de articulação” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 174) do psiquismo; e falar de suas representações significa entender que estas estão submetidas a uma sintaxe distinta da consciência. A originalidade freudiana precisa ser avaliada não a partir de uma divisão da subjetividade em dois pedaços, mas por uma cisão de regimes, como se estivéssemos a obedecer a dois governos cujos princípios, compromissos e exigências são bastante distintos. O inconsciente deve ser pensando segundo suas funções simbólicas, de maneira que compreendamos: ele não é um simples resíduo ou um epifenômeno da atividade psíquica, mas uma instância que persiste e se prolifera nas lacunas da consciência, numa busca incessante por expressão, através de narrativas “inesperadas, que surgem abruptamente e transcendem nossas intenções e nosso saber” (NÁSIO, 1999, p. 33).

⁸ *Transferência* designa o processo pelo qual “os desejos inconscientes do analisando concernentes a objetos externos passam se repetir, no âmbito da relação analítica, na pessoa do analista, colocado na posição desses diversos objetos” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 767). Tal conceito aponta ao contágio entre médico e paciente, revelando-nos o pivô da organização subjetiva. É como se o paciente revivesse suas fantasias por meio de uma substituição do afeto pelo analista, que atuará como interprete das reminiscências. Trata-se “de uma repetição de protótipos infantis vividos com uma sensação de actualidade acentuada” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986, p. 669).

Se até 1915 Freud estruturou o psiquismo partindo da clivagem entre *Ics* e *Pcs/Cs*, a partir de 1920, dirige seus estudos às relações do inconsciente com o novo dualismo. Desde então, persiste a ideia de que existem fenômenos que se manifestam repetida, compulsiva e destrutivamente, sem viabilizar qualquer forma inteligível de prazer. Dada a ação corrosiva da *pulsão de morte*, é a partir daqui que Freud, em *O Eu e o Id* (1923), declara que apenas uma pequena parcela do *Eu* pertence ao *Pcs/Cs*, que o inconsciente recobre a maior parte da subjetividade e que, por isto, ele precisa se transformar “numa maneira de qualificar as três instâncias da segunda tópica: o isso, o eu e o supereu” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 377).

3. Repetição e morte: sobre o novo dualismo pulsional

A teoria psicanalítica inova quando Freud atenta aos problemas da *repetição* e da *morte*. Nesse contexto, *Além do Princípio do Prazer* (1920) surge como um deslocamento das noções de sujeito, objeto e economia libidinal. Interpelando suas definições, a psicanálise revela agora uma audácia ímpar, sendo capaz, inclusive, de anunciar um novo dualismo pulsional. Inaugura-se desde então a tese da *pulsão de morte*, que atualiza as interpretações do desejo, do inconsciente e da cultura. Não raro sendo considerado o texto “mais fascinante e mais desconcertante de toda a obra freudiana” (LAPLANCHE, 1985, p. 109), este estudo é tão audacioso que, se até o momento a psicanálise esteve pautada pelos signos da ordem e da constância, agora é a *pulsão de morte* quem faz falar daquilo que persiste disjuntiva, vazia e silenciosamente sob o psiquismo.

Em 1920, Freud admite: até o momento, sua compreensão psiquismo foi regulada pelo *princípio de prazer*, cuja meta é um abaixamento das tensões. Na tentativa de evitar a dor, a psicanálise tomou como evidente a relação dos prazeres e desprazeres com o montante de energia catexizante: “o desprazer corresponde a um aumento, e o prazer, a uma diminuição dessa quantidade” (FREUD, 2010d, p. 163). O *princípio do prazer* assumiu uma importância tão grande que delimitou as situações de estabilidade e instabilidade psíquicas. Apoiada em dicotomias, a psicanálise se contentou em alegar que as catexias ora estavam ligadas a sexualidade, ora ao *Eu*. Nisto, fundou a distinção entre as *pulsões sexuais* e *pulsões do Eu*, ambas pautas pela busca do psiquismo em “conservar a quantidade de excitação nele existente o mais baixa possível, ou ao menos constante” (FREUD, 2010d, p. 164).

Por influência da autoconservação, o primeiro entrave ao *princípio do prazer* é sua dependência quanto ao *princípio de realidade*, que exige renúncias, como “num longo rodeio para chegar ao prazer” (FREUD, 2010d, p. 165). Se o *princípio do prazer* é correlato do livre escoamento do *Ics*, o *princípio da realidade* atua “como evitador da frustração, impedindo a alucinação ou permitindo-a dentro de certos limites” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 133). Todavia, Freud alerta que a substituição de um princípio por outro abarca apenas uma parcela “das experiências de desprazer” (FREUD, 2010d, p. 166). Na verdade, existem bons motivos para alegarmos que ambos não se contradizem.

Diante disto, é no intuito de endossar seus deslocamentos que Freud fala ora das neuroses envolvendo risco de vida, ora da *repetição* de experiências desagradáveis. Atentando às patologias decorrentes da primeira guerra, ele diz que, em função da angústia, do terror, dos medos e dos traumas aí causados, seu resultado foi um sem-número de pessoas cujos sonhos reviviam a “situação do acidente, da qual desperta com renovado terror” (FREUD, 2010d, p. 169). Diante destas compulsões, não é o passado que se faz traumático, mas sua revivescência numa experiência atual. Considerando a vida cotidiana, Freud analisa, então, seu neto Ernstl. Para ele, Ernstl repetia em suas brincadeiras “*fort-da*” uma forma simbólica de protestar a saída da mãe, Sophie. Abdicando de sua passividade, o menino não suportava tal desgosto a não ser por um ganho de prazer, ainda que inconsciente. Se repete um desgosto, só o faz “porque a essa repetição está ligada uma obtenção de prazer de outro tipo” (FREUD, 2010d, p. 174). Contudo, considera-se que nem

os traumas de guerra nem as repetições infantis são capazes indicar os impedimentos do *princípio do prazer*. É por isso que Freud passa a considerar a *compulsão de repetição* em jovens e adultos “normais”.

Peculiar às pulsões, a *compulsão de repetição* serve de fundamento para algo mais elementar ao *princípio do prazer*. Destacando o quanto o inconsciente retorna ao presente sem quaisquer vias de tratamento, é pela *repetição* que Freud fala de um impulso inalcançável e subjacente às determinações da razão. Fala-se de um impulso que faz reviver o *recalcado*, como se as exigências de outrora fossem mais fortes que a busca pelo prazer. Disto, Freud conta que muitos pacientes eram levados “a *repetir* o reprimido como vivência atual, em vez de [...] *recordá-lo* como parte do passado” (FREUD, 2010d, p. 177).

Dada a *compulsão de repetição*, Freud diz, então, que os conteúdos *Ics* procuram “caminho rumo à consciência ou à descarga através da ação real” (FREUD, 2010d, p. 178). Sem opor os domínios da pré-consciência/consciência e da inconsciência, mas do Eu frente a *repetição*, isto o leva a adiantar algo que, em 1923, lhe será pedra de toque: a maior parte do Eu advém de “outra cena”. Neste ponto, reitera: no aparelho psíquico, dois sistemas podem viver contraditoriamente uma excitação, de modo “que a *compulsão à repetição* deve ser atribuída ao reprimido inconsciente” (FREUD, 2010d, p. 178). E é interrogando a relação desta com o *princípio do prazer* que enfim alega: a *repetição* faz reviver os desgostos recalcados. Por isso, constata que a *compulsão de repetição* “traz de volta experiências do passado que não possibilitam prazer” (FREUD, 2010d, p. 179).

Este eterno *retorno do recalcado* não só faz reviver certas experiências dolorosas, como remete ao processo pelo qual repetimos sem cessar certos desprazeres. Irredutível, a *repetição* justifica o desvio temático da segunda tópica em relação a primeira. Dela, é permitido falar de um mais-além – ou seria um mais-aquém? – transbordante aos escritos metapsicológicos, ao primado *do prazer*, ao narcisismo e aos processos de conscientização. É aqui onde Freud atenta às situações limítrofes, concebendo um percurso capaz fundamentar estas vivências que se repetem e deixam resíduos na atualidade, mas que, dissolventes, apontam ao contato com vazio, com a dissolução da racionalidade. Trata-se não só de um novo dualismo pulsional, mas de um retorno ao estado de repouso absoluto.

Desde 1920, Freud questiona a maneira como a *repetição* se relaciona com a teoria pulsional e a primeira topologia psíquica, elucidando como que um impulso regressivo. Voltada ao estado de não-vida, a *repetição* surge como um impulso contrário ao primado do prazer e que abre campo à faceta dissolvente da teoria psicanalítica. Conjecturam-se manifestações que ora são conservadoras e levam à repetição do mesmo, ora impelem a novas formas. Original, este desvio teórico suscita um novo dualismo que opõe as *pulsões de vida* (*pulsões sexuais* e *pulsões do Eu*) às *pulsões de morte*, e pelo qual entendemos que persiste, para todo ser vivente, um impulso “*tendente à restauração de um estado anterior*, [...] ou, se quiserem, a expressão da inércia da vida orgânica” (FREUD, 2010d, p. 202).

Freud entende: se as catexias estão orientadas no sentido de restabelecer um estado anobjetal e não-figurável, então o escoamento energético tende não só à repetição de cursos idênticos de vida, mas ao retorno ao estado anorgânico, como se estivessemos buscando “uma antiga meta por vias antigas e novas” (FREUD, 2010d, p. 204). Tornando secundária a conservação da vida, fala-se aqui de um impulso ao estado de não-vida e repouso absolutos, do qual jamais fugimos, para o qual sempre retornamos e pelo qual temos aceso ao quadro geral da vida. Visto que “*o objetivo de toda vida é a morte*” (FREUD, 2010d, p. 204), eis a tese “de que toda a vida instintual serve à realização da morte” (FREUD, 2010d, p. 205).

Em vias de inaugurar a antinomia entre *pulsões de vida* e *pulsões de morte*, Freud então reconhece que estes processos trabalham contra e em favor da coisa viva, como num “alongamento do caminho para a morte” (FREUD, 2010d, p. 207). Nestes termos, diz ser preciso

supor uma via de encontro com isto que não cessa de nos fazer “querer morrer” (ASSOUN, 1978, p. 188). Trata-se da evidencia dissolvente da morte como “afirmação da negação” (ASSOUN, 1978, p. 188), do vazio enquanto falta de significante e do nada em torno do qual flutuam as pulsões.

Sob este prisma, diz-se que, obedecendo o *princípio do prazer*, as *pulsões sexuais e egóicas* evitam a ausência de sentido, pregando constância e equilíbrio psíquicos. Para Freud, elas devem ser compreendidas sob o signo das *pulsões de vida*, visto que agem na contramão da morte como objetivo dos viventes. É como se um conjunto de forças estivesse precipitado “para a frente, a fim de alcançar a meta final da vida” (FREUD, 2010d, p. 208) e outro “para trás, a fim de retomá-la de certo ponto e assim prolongar a jornada” (FREUD, 2010d, p. 208). E uma vez que o desprazer pode ser vivido prazerosamente, então é aqui onde Freud separa as *pulsões de morte* – que “pretendem conduzir a vida à morte” (FREUD, 2010d, p. 214) – das *pulsões de vida*, cuja efetua “a renovação da vida” (FREUD, 2010d, p. 214).

Para além da constância esperada no *princípio do prazer*, se é verdade que as *pulsões de vida* estão ligadas ao objeto de desejo, então a *pulsão de morte* remete àquilo que, tácito e inacessível, subsiste de uma maneira ou de outra. Aquém de atestações espaço-temporais, esta nova antinomia qualifica os dinamismos energéticos no sentido de fazê-los coincidir aos “modos de ser da pulsão” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 56). Não havendo nada fora dela, ela deve ser concebida “não como um dualismo de *natureza* das pulsões, mas como um dualismo de *modos* da pulsão” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 162), sendo um conjuntivo e outro disjuntivo.

Disjuntiva em relação aos processos de conservação da vida, a *pulsão de morte* é uma potência criadora que, reputada ao inconsciente, faz notar o quanto o princípio do prazer parece estar submetido aos seus desejos. Silenciosa e de difícil localização, ela é a força de encontro e desencontro entre os sujeitos, lá onde o vivente “não quer apenas morrer, mas ‘morrer à sua maneira’” (PONTALIS, 1985, p. 110). É a presentificação do inconsciente como enigma psicanalítico e daquilo que, fugidio aos processos *Pcs/Cs*, impele à desagregação das narrativas manifestas. Atuando como pivô querer, trata-se de um impulso que faz “pensar a morte como dimensão intrínseca da pulsão enquanto tal” (ASSOUN, 1978, p. 188).

Sobrevoando uma profusão de teorias capazes de fornecer uma formulação que permita a “verdade metapsicológica tomar corpo e conquistar sua identidade” (ASSOUN, 1978, p. 187), a viragem de 1920 parte da hipótese segundo a qual a substância viva está orientada para a *morte*, sendo esta a meta dos nossos empenhos. Neste interim, em relação à primeira tópica, Freud assume haver oposição entre o modo de presentificação do desejo sob o signo das *pulsões de vida* e a afirmação da *repetição* e da *morte* como pulsões cujas metas consistem em dissolver e contrariar quaisquer funções de ligação que tendam “a ‘estabelecer unidades sempre maiores’” (ASSOUN, 1978, p. 188).

Ao passo que as ruidosas *pulsões de vida* são pródigas em nos oferecer representações capazes de promover, ordenar e manter narrativas dotadas de sentido, a ação invisível, disjuntiva e silenciosa das *pulsões de morte* atua “no sentido da desdiferenciação” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 69). Sua meta é fazer um “furo” no psiquismo, de modo a ratificar a faceta destrutiva, não-figurativa e não-prognosticável da subjetividade. Para além do dizível e do visível, a *pulsão de morte* é o vazio que transborda e corrói o determinismo do *Pcs/Cs*. Através dela acentuamos o limite do discurso falado e dos saberes da consciência. Recoberta por uma devastadora e intangível ausência de ruídos, a *pulsão de morte* é a cena contra a qual se constituem as ilusões responsáveis pela estruturação do psiquismo.

4. Sobre as novas instâncias psíquicas: *Id, Eu e Super-eu*

Não sendo uma ruptura capaz de invalidar a primeira concepção do psiquismo, antes a marca de um deslocamento que originou noções como *compulsão de repetição* e *pulsão de morte*, a viragem de 1920 tem por consequência a ratificação de que “a psicanálise não pode pôr a essência do psíquico na consciência” (FREUD, 2011a, p. 11). Pautado pelo que já havia estabelecido em *Introdução ao Narcisismo (1914)* e *Luto e Melancolia (1917)*⁹, é desde então que Freud declara: “muito do *Eu* é em si mesmo inconsciente” (FREUD, 2010d, p. 178). Mesmo quando atrelado ao *Pcs/Cs*, o *Eu* é composto por um núcleo inconsciente, cujo sentido assume um caráter dinâmico. Assim, é em *O Eu e o Id (1923)* que ele aprofunda as consequências de 1920, assinalando desde então a consolidação da segunda tópica, pela qual apresenta o psiquismo como formado pelas instâncias do *Id*, do *Eu* e do *Super-Eu*.

O problema que leva à nova concepção tópica tem como ponto de partida a experiência clínica, pela qual constata-se que o *recalcamento/repressão* não é uma recusa voluntária e consciente, mas “uma barragem de regulação, que opera sem que o sujeito saiba” (NÁSIO, 1999, p. 73). Ora, se “estar consciente” evoca uma percepção, então existem ideias cujos efeitos “podem tornar-se conscientes como ideias, embora eles mesmos não se tornem conscientes” (FREUD, 2011a, p. 12). Ao estado em que se encontram antes de conscientes, denominou-se *repressão*; “o protótipo do que é inconsciente” (FREUD, 2011a, p. 13). Mas lembremos que o inconsciente psicanalítico possui dois sentidos: “o que é latente, mas capaz de consciência, e o reprimido, que em si e sem dificuldades não é capaz de consciência” (FREUD, 2011a, p. 13). Ao passo que sentido descritivo refere-se aos processos suscetíveis de conscientização, o sentido dinâmico refere-se ao *recalcado*, sendo este o material do método psicanalítico. Disto, logrou-se uma primeira topologia do psiquismo.

Ora, mas ocorre que o experimentalismo clínico, em virtude do *Eu*, demonstrou a insuficiência destas elaborações. Inicialmente ligado ao *Pcs/Cs*, ao *Eu* foi atribuída a função de conectar o psiquismo às demandas externas. Todavia, demonstrou-se que, embora ligada ao *Eu*, este não se esgota na consciência. Não raro é possível rastrear no *Eu* algo de inconsciente, e que se age “exatamente como o reprimido” (FREUD, 2011a, p. 15). Esta abordagem leva à tese de que “continua certo que todo reprimido é *ics*, mas nem todo *Ics* é também reprimido” (FREUD, 2011a, p. 15). Para além da expectativa conscientização, a existência de uma parte inconsciente no *Eu* faz Freud considerar que a neurose não é “o resultado de um conflito entre o consciente e o inconsciente” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 214). Surgindo como uma instância na qual coexistem funções conscientes, pré-conscientes e inconscientes, o *Eu* já não é mais transparente e cristalino para si. Furado pelo aspecto disjuntivo das pulsões, ele deve ser compreendido como “uma das três instâncias do aparelho psíquico, cuja parte consciente é bastante reduzida” (NÁSIO, 1999, p. 74).

Se até aqui o inconsciente fora sinônimo do *recalcado*, é com base na constatação segundo a qual o *recalcamento* também é inconsciente, que ele assume ambas as posições. Desde 1920, é como se Freud estivesse privilegiando uma acepção onde o *Ics* é “uma qualidade atribuível a cada uma das instâncias do aparelho psíquico” (NÁSIO, 1999, p. 75). Outorgando-lhe novas propriedades, se as três instâncias do psiquismo podem ser inconscientes, então boa parte do *Eu* também será: “o ego pertence tanto ao *Cs* como ao *Pcs* e ao *Ics*, sem que a sua parte *Ics* coincida com o *recalcado*” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 207).

Oriundo do sistema perceptivo, “o *Eu* é sobretudo corporal, não é apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície” (FREUD, 2011a, p. 24). Por isso,

⁹ Em 1914, Freud fala do *ideal do Eu* “como uma instância diferenciada resultante da convergência do narcisismo com a fonte parental” (GARCIA-ROZA, 2014a, 205). Em 1917, esta instância já está bem caracterizada, não cabendo mais, portanto, do *Eu* à consciência e ao pré-consciente.

abrange o *Pcs* e o *Ics*, de maneira que sua oposição ao inconsciente perde valor. Para aludir a região do psiquismo oposta ao *Eu*, Freud abre mão de uma noção utilizada por Nietzsche e Groddeck para indicar “o que em nós é impessoal” (FREUD, 2011a, p. 59), comporta-se apenas como o *Ics* e cujo caráter é o de “ser estranho ao eu” (NÁSIO, 1999, p. 75).

Visando definir esta nova instância, Freud enfatiza o quanto o *Eu* é “furado” por forças desconhecidas e incontroláveis. Não obstante, considera pertinente distinguir entre o *Eu* consciente e o *Eu* passivo, o *Id*: “a outra parte da psique, na qual ela prossegue, e que se comporta como *ics*” (FREUD, 2011a, p. 21). Disto, temos que o *Eu* torna-se uma instância ora ligada ao *Pcs/Cs* e ao mundo, ora atrelada ao *Id*, do qual não está nitidamente separado, mas desempenha função pacificadora. Ligado à consciência, mas em parte inconsciente, ele é uma instância “entre o mundo externo [...] e outra instância, um eu inconsciente, chamado *isso*” (CHAUI-BERLINCK, 2014, p. 68). Posto que os enquadres patológicos concernem às camadas superficiais da psique, o sujeito, portanto, é “um *Id* [um algo] psíquico, irreconhecido e inconsciente, em cuja superfície se acha o *Eu*” (FREUD, 2011a, pp. 21-22).

Empenhado em dispor o *princípio de realidade* contra o *princípio do prazer*, o *Eu* é aquilo que se modifica do *Id* por influência do mundo. Mediador entre o *Id* e o mundo, é “uma extensão diferenciada do próprio *Id* de quem ele retira sua energia” (GARCIA-ROZA, 2014a, 207). Se a percepção assume para o *Eu* a mesma função da pulsão no *Id*, o *Eu* representa a “razão e circunspeção, em oposição ao *Id*, que contém as paixões” (FREUD, 2011a, p. 23). O *Id* é o inacessível do psiquismo.

Suas propriedades negativas são similares às do inconsciente: “no *Id* não há negação, obediência à não contradição, vontade coletiva, juízo de valor, bem, mal, moralidade, assim como também não há temporalidade” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 207). Como se fossemos animados por um vazio não-figurável que nos habita, o *Id* expressa “essa coisa em nós tão íntima que nos faz agir, e, paradoxalmente, tão obscura, primitiva e inapreensível” (NÁSIO, 1999, p. 75). Por isso, se somos por ele invadidos, é falacioso dizer “eu penso, eu vivo”. Admitindo este mistério em nossa morada, Freud, junto com Groddeck, entende que é mais vantajoso inferir: “isso pensa, portanto isso vive” (Cf. GRODDECK, 1984)

Em 1923, a importância do *Eu* reside no fato dele ser responsável pelo teste de realidade. Em relação ao *Id*, o *Eu* é como um cavaleiro que põe “freios à força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com suas próprias forças, e o *Eu*, com forças emprestadas” (FREUD, 2011a, p. 23). Contudo, se o cavaleiro precisa deixar-se conduzir pelo cavalo, também acontece do *Eu* “transformar em ato a vontade do *Id*, como se ela fosse a sua própria” (FREUD, 2011a, p. 23). Ora, e visto que o *Eu* inconsciente é corpo, é contra qualquer teoria que faça da consciência a morada do humano que Freud diz: “não só as coisas mais fundas do *Eu*, também as mais altas podem ser inconscientes” (FREUD, 2011a, p. 25).

Ora, mas se o *Eu* fosse apenas o representante do mundo no psiquismo, ele teria somente o *Id* como rival. Contudo, Freud pensa que, do interior do *Eu*, é preciso considerar uma diferenciação “chamada de ‘*ideal do Eu*’ ou *Super-eu*” (FREUD, 2011a, p. 25). Esta elaboração remonta textos como *Introdução ao narcisismo* e *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), mas, em 1923, tem por novidade o fato de uma boa “parcela do *Eu* ter relação menos estreita com a consciência” (FREUD, 2011a, p. 25). Referindo-se aos infortúnios de *Luto e Melancolia*, onde dizia-se que o objeto perdido é restabelecido no *Eu*, o autor assinala: os “investimentos objetivos procedem do *Id*, que sente como necessidades os impulsos eróticos” (FREUD, 2011a, p. 26). Quer dizer, se o *Id* atua como o reservatório da libido, então os afetos são produtos das *pulsões de vida*, das quais o *Eu* procura defender-se pela *repressão*. Nas primeiras fases da vida, o abandono objetal traduz-se por uma modificação do caráter do *Eu*, o que o torna “um precipitado dos investimentos objetivos abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto” (FREUD, 2011a, p. 26).

Dados os conflitos em que o *Eu* se distribui desde as primeiras identificações, estas possuem um caráter duradouro sobre sua constituição, sendo responsáveis pela “origem do ideal do *Eu*, pois por trás dele se esconde a primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal” (FREUD, 2011a, p. 28). Estas identificações fazem Freud distinguir dois fatores à gênese do *Super-eu*: “a natureza triangular da situação edípica e a bissexualidade constitucional do indivíduo” (FREUD, 2011a, p. 28). Partindo da clínica, deduz-se uma série triangular pertinente ao Édipo: se numa ponta opera, para o menino, o *Édipo positivo* – do qual se destaca uma relação ambivalente quanto ao pai, mas terna para com a mãe – e, na contraparte, vigora na menina uma situação *negativa* – em que, após identificar-se com a mãe, cria-se em relação a esta um conjunto de sentimentos hostis para, só assim, voltar-se à figura do pai –, é nos intermédios desta série onde se exhibe a forma completa do Édipo, pautada por nossa natureza bissexual e pela dependência “da relativa força das duas disposições sexuais” (FREUD, 2011a, p. 29). E se a importância destas disposições é refletida em suas identificações, então destaca-se não apenas que, na maioria dos casos, deparamo-nos com formações intermediárias, mas que, se o *Eu* é resultado do Édipo, é em função dos resquícios do *Eu* e do *Id* que surge o *Super-eu*, a terceira instância do psiquismo, responsável por conter os “costumes que transcendem o indivíduo [...], mas que são assimilados por ele, dominando, portanto seu eu” (CHAUI-BERLINCK, 2014, p. 69).

Concomitante ao Édipo, a presença interditora dos pais é sentida pela criança como um infortúnio ao desejo incestuoso. Aos poucos, estes interditos são internalizados como proibições que o sujeito se imporá. Estas proibições têm funções assimiláveis às de um juiz que age como consciência moral, na auto-observação e formação dos representantes psíquicos. Eis *Super-Eu* como representante do mundo interno, constituído pela interiorização das exigências parentais e culturais, e cuja ação surge “como uma instância que encarna uma lei e proíbe a sua transgressão” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986, p. 644).

Não obstante, Freud nota que tal instância não é residual do *Id*. O *Super-eu* é uma formação que não se esgota nas demais. Imerso no jogo edípico, o *Eu* se identifica com as proibições, mas também continua a desejar; e isto de maneira que a criança passa a “encarar ela própria, seja a lei, seja o desejo” (NÁSIO, 1997, p. 130). Assim, o *Super-eu* não necessariamente faz desaparecer o desejo inconsciente, mas constitui “a renúncia a experimentar o gozo que a criança conheceria se o incesto tivesse lugar” (NÁSIO, 1997, p. 131). Atuando pela integridade do *Eu*, o *Super-eu* representa o desejo proibido. Associado ao símbolo do pai, ele é uma permissão, pois diz que “assim (como o pai) você *deve* ser” (FREUD, 2011a, p. 31). Contudo, também é uma proibição, pois mostra ao *Eu* que ele não pode ser o que o pai é: você “não pode fazer tudo o que ele faz” (FREUD, 2011a, p. 31). Quanto mais forte for o Édipo, mais severa será sua ação sobre o *Eu*, expressando a influência do social na conduta. Como internalização de uma consciência ética decorrente das interdições parentais, o *Super-eu* é herdeiro do complexo de Édipo.

Freud rememora o texto de 1920 no sentido de relacionar as noções aí esboçadas à nova tópica de 1923. Em *Além do princípio do prazer*, vimos que distinguem-se dois modos de presentificação da libido: o conjuntivo que, além visível e ruidoso, está atrelado às *pulsões de vida*, e o disjuntivo, que, silencioso e vazio, liga-se à ação das *pulsões de morte*. Em *O Eu e o Id*, trata-se de saber se há nexos entre as “formações do *Eu*, *Super-eu* e *Id*, por um lado, e as duas espécies de instintos” (FREUD, 2011a, p. 39). Afinal, o que ocorre com o *princípio do prazer* e com o dualismo pulsional caso se instaure uma nova topologia do psiquismo?

Em 1923, esta interrogação abre margem à hipótese de que há, na vida psíquica, um tipo de energia capaz de transitar entre as catexias visando aumentar seu investimento total. Deslocável, indiferente e facilitadora do *princípio do prazer*, essa energia opera tanto no *Eu* quanto no *Id*, e provém “de uma forma de libido dessexualizada, ‘sublimada’, que participa da aspiração unitária do eu” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 216). E se até o intelecto é alimentado pela

sublimação, então é possível discernir as manobras que o *Eu* opera para impor seu exclusivismo. Sublimando a libido do *Id*, o *Eu* trabalha de encontro às *pulsões de vida*, colocando-se “a serviço dos impulsos instintuais contrários” (FREUD, 2011a, p. 43). Submetido ao inconsciente e a *pulsão de morte*, ele serve àquilo que, em sua constituição, jamais cessará. Por isso, é constantemente despossuído e descentrado.

Dualista por excelência, Freud entende que a *pulsão de morte* é silenciosa e que, portanto, o fragor da manutenção da vida parte geralmente das pulsões contrárias. Não obstante, o ativismo das *pulsões de vida* que sustentou o *Eu* serve de anteparo à *pulsão de morte*. Defendendo-se das tensões provocadas pelas reivindicações do *princípio do prazer*, o *Id*, nesse sentido, circunscreve a semelhança existente entre o estado que sucede a satisfação e a disjunção pulsional. Por conseguinte, após se excluir as *pulsões de vida*, “o instinto de morte fica livre para levar a cabo suas intenções” (FREUD, 2011a, pp. 44-45). Eis o seu triunfo.

Isto posto, o último capítulo d’*O Eu e o Id* explora não apenas o sentimento de culpa, mas rememora as propriedades do *Super-eu*, enquanto contraposto ao *Eu*. Ora, se o *Eu* se constitui por identificações residuais do *Id*, se conserva a configuração edipiana, então o *Super-eu* nada é senão “o monumento que recorda a anterior fraqueza e dependência do *Eu*” (FREUD, 2011a, p. 46). Por origem, o *Super-eu* está próximo do *Id*. Ele “está profundamente imerso no *Id*, e por isso mais distante da consciência do que o *Eu*” (FREUD, 2011a, p. 46).

Para ilustrar suas correlações, Freud abre mão da experiência clínica no sentido de exemplificar os casos onde os pacientes apresentam reações negativas ao que é delineado pelo analista. Além das resistências normais, fala-se tanto de uma inacessibilidade narcísica quanto de um sentimento de culpa que, apesar de não revelar ao sujeito os motivos de sua situação, o faz encontrar “satisfação no fato de estar doente e não desejar renunciar ao castigo de sofrer” (FREUD, 2011a, p. 47). Atuando como resistências aos processos terapêuticos, tais situações levam Freud a admitir a severidade do *Super-eu*. E é por meio de patologias como a neurose obsessiva e a melancolia que se distinguem os aspectos das correlações entre o *Super-eu*, a consciência moral e o sentimento de culpa.

Nessas afecções, o *Super-eu* “exibe uma severidade especial, muitas vezes enfurecendo-se com o *Eu* de forma cruel” (FREUD, 2011a, p. 48). Contudo, há diferenças na maneira como cada uma respondem ao *Super-eu*. Ao passo que o neurótico desconhece as razões de sua *repressão* e, por isso, “recusa sua culpa e pede ajuda” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 217), quando melancólico, o sujeito mesmo não reclama. Na melancolia, ele se sente culpado e se submete ao castigo, dando a impressão de que a consciência foi arrebatada. Ao passo que, na neurose, são analisados os choques passíveis de conscientização, na melancolia, toda a severidade do *Super-eu* é inconscientemente incorporada pelo *Eu*, a ponto dele “se perder no desespero infinito de um nada irremediável” (ROUDINESCO & PLON, 1998, 507).

Sendo verdade que o *Super-eu* é herdeiro das interdições parentais, “a origem da consciência moral está intimamente ligada ao complexo de Édipo, que pertence ao inconsciente” (FREUD, 2011a, p. 49). Ora, mas se o *Super-eu* é mais próximo do *Id* do que do *Eu*, como explicar sua rigidez? Para Freud, a melancolia mostra o quanto o *Super-eu* arremete-se contra o *Eu*, sem que haja aí “qualquer representação consciente disso” (NÁSIO, 1997, p. 135). Impossibilitando o *Eu* de defender-se, a severidade do *Super-eu* é “pura cultura do instinto de morte” (FREUD, 2011a, p. 50). Buscando conservar-se, o *Eu melancólico* erige vãs defesas contra os estímulos do *Id* e as exprobrações dos juízos autopunitivos. Nisto, adquire um constante tormento interno. É por isso que a melancolia constitui o caso onde a *pulsão de morte* encontra-se reunida no *Super-eu* e, portanto, no inconsciente.

Mas como sucede do *Super-eu* tornar-se *locus* da *pulsão de morte*? Para Freud, do ponto de vista moral, “pode-se dizer que o *Id* é totalmente amoral, o *Eu* se empenha em ser moral, e o *Super-eu* pode ser hipermoral e tornar-se cruel como apenas o *Id* vem a ser” (FREUD, 2011a, pp.

51-52). Assim, quanto mais reprimida for a conduta, mais impiedoso será o sentimento inconsciente de culpa. Daí a impressão de que o *Super-eu*, nascido de uma identificação com o pai, age feito um “ser superior que pune implacavelmente” (FREUD, 2011a, p. 52). Sua crueldade está ligada de tal modo à *pulsão de morte* que a agressividade é sentida pelo Eu como desfusão de descentramento.

Entre forças e fraquezas, o *Eu* torna-se, então, uma das instâncias tópicas. É aqui onde Freud reforça: se a tarefa da psicanálise é narrar do inconsciente o que é capaz de consciência, ocorre que o *Eu* é despossuído e, portanto, submisso aos desmandos e ameaças “do mundo exterior, da libido do *Id* e do rigor do *Super-eu*” (FREUD, 2011a, p. 53). Mediador entre o *Id* e o mundo, o *Eu* busca atender ao *Id* sem conflitar com a realidade e com o *Super-eu*. Mas ele depende do *Id*, pois é daí que retira a energia de sua manutenção. Ao mesmo tempo, ameaçado pelo *Super-eu*, busca “cada vez mais se apoderar de partes do *Id* e, dessa maneira, se fortalecer e se ampliar” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 208). Como resultado, o *Eu* se sente constantemente culpado e descentrado, seja por não consumir seu desejo, seja por chegar perto demais de efetuar-lo. Entre exortações e proibições, permanece sempre jogado ao vazio de suas demandas antagônicas. É como se um “furo” o atravessasse. Por isso, se é verdade que uma das metas de 1923 é pensar, via recalçamento, as dialogias psíquicas não “como conflitos entre consciente e inconsciente, mas, sim, entre externo interno, entre real e psíquico” (CHAUI-BERLINCK, 2014, p. 70), então é enfatizando a antinomia das *pulsões de vida* e de *morte* e, num só tempo, as relações de co-dependência entre as instâncias psíquicas que Freud propõe um deslocamento teórico capaz de inaugurar uma nova tópica. Nesta, os atores “são o *ego* e o *superego* em suas relações com o *Id* e o mundo externo” (CHAUI-BERLINCK, 2014, p. 70). Para além dos desígnios dos processos conscientização e, portanto, das definições do *Eu* como translúcido para si, trata-se de entender que, submetido à dominação inconsciente do *Id* e às proibições do *Super-eu*, o sujeito está sempre exposto aos perigos da *morte* e da disjunção psíquica, aqui entendida como um horizonte de autonomia irreversível, e para quem o desejo é “ter paz e fazer calar *Eros*, o estraga sossegos” (FREUD, 2011a, p. 57).

5. Conclusão: a recusa consciencialista e o descentramento da subjetividade

Como via de registro das insuficiências dos projetos que ora fazem os processos psíquicos decorrerem de investigações neurológicas, ora rechaçam o inconsciente como um apêndice obscuro, secundário e dissociado da razão, a estilização freudiana do inconsciente assinala, ao longo de suas duas tópicas, o déficit do estatuto das teorizações que tratam a consciência como cristalina e autoevidente para si. Transbordante aos supostos voluntaristas, o inconsciente não se reduz, pois, a um sistema neural, não é integrável numa psicologia cognitivista, nem tampouco compõe a facete oculta ou irracional da subjetividade. Trata-se, antes, de uma instância psíquica autônoma: uma “outra cena” que descentra e despossui o Eu, incrustando nele seu próprio vazio, um “furo” irremediável.

Menos por cálculos e mais como resultado de conceitos que o experimentalismo clínico fora capaz de suscitar, o inconsciente não é inventado ou descoberto por Freud. Contudo, sua estilização é aproveitada como parte de um labor interrogativo perante uma tradição secular que remonta os primórdios do pensamento ocidental. Visando conferir-lhe um estatuto científico que parta das tentativas e fracassos da pesquisa e práticas clínicas, o inconsciente freudiano não é, portanto, “hereditário, nem cerebral, nem automático, nem neural, nem cognitivo, nem metafísico, nem metapsíquico, nem simbólico, etc.” (ROUDINESCO, 1999, p. 20). E é na medida em que se opõe a todo discurso que reduza o humano à consciência, na tentativa de captar “a totalidade do ser e do real” (BIRMAN, 2003, p. 09), que surge como um ponto do “desfalecimento

do sujeito, do qual procede, lugar vazio o despercebido, pois é pura falta de um significante” (BAAS & ZALOSZYC, 1996, p. 03).

Entre aproximações e distanciamentos, o que está em questão para Freud a partir daquilo que a tradição consciencialista lhe contribuiu diz respeito a fundação da psicanálise como um horizonte de saber apoiado no inconsciente. Movido por razões epistemológicas, seu posicionamento radical em relação aos atributos da consciência ratificam o esforço por demarcar as fronteiras móveis da psicanálise. Nesse sentido, podemos dizer que Freud pensa “o inconsciente na especificidade que lhe cabe como hipótese fundamental para o trabalho analítico, como suposto, como elemento mitológico ou ficção heurística” (PEREZ, 2017, p. 169). Porosas, fluidas e deslocáveis, suas linhas de força constituem, à luz da estranheza do seu grande enigma, um novo campo do saber. Interpelando os universalismos presentes nas psicologias e filosofias do local e da época onde nasceu, a psicanálise formulou novos pressupostos acerca do desejo, do inconsciente e, portanto, subjetividade.

Para além dos obstáculos que alocam “o inconsciente fora do estado de pensar” (ASSOUN, 1978, p. 23), o que está em jogo é a “devolução de um problema, agora colocado sobre outras bases e com o convite de reformular a noção do que é corpóreo” (PEREZ, 2017, p. 169). Suspeitando das formulações do seu tempo, Freud recusa engajar sua teoria numa abordagem metafísica, “caracterizada seja pela pretensão totalizante, seja pela pretensão a ser um sistema” (BIRMAN, 2003, p. 50). Sempre em favor de se reconhecer, por detrás dos ditames da alma, uma trama psíquica a ela irreduzível, Freud conclama a independência de sua teoria quando nos permite entender não há, de fato, comunhão entre as teorias consciencialistas e a psicanálise, mas, a rigor, esta serve à compreensão da subjetividade na medida em que o inconsciente põe em questão “uma certa ideia natural, espontânea do homem como sujeito, cuja unidade está assegurada ou coroada pela consciência” (ALTHUSSER, 1984, p. 83).

Da primeira até a segunda tópica, tudo opera como se Freud tivesse encontrado no inconsciente um modo de se divorciar da concepção monolítica que, dominada pelos princípios da razão, admite, quando muito, manifestações abaixo do limiar da consciência. Ora, é verdade que psicanálise só consegue inferir o inconsciente pelos seus efeitos na consciência, mas trata-se de supor, partindo da experimentação clínica, que ele é a base do psiquismo. O inconsciente é a esfera mais ampla, o que inclui as decisões voluntárias. Ele constitui a verdadeira trama psíquica; algo que “é apresentado de forma tão incompleta pelos dados da consciência quanto o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais” (FREUD, 2001, p. 517). Na medida em que se diz preocupada com o sujeito e suas transformações, resta a psicanálise reclamar a autonomia dos seus conceitos, sempre alertando ao fato de que a consciência só se orienta em função de desejos e pulsões inconscientes.

Disto, é preciso admitir que não há como desconsiderar as problemáticas inauguradas pelas estilizações freudianas. Desde a primeira tópica, trata-se não só de um ultimato que obriga as tradições filosóficas e científicas a se posicionarem, mas de entender que as construções advindas da psicanálise provocam efeitos modificadores irreversíveis sobre a formulação das problemáticas relativas as relações da alma e do corpo, da consciência e do inconsciente. No lugar das especulações entorno da natureza do inconsciente, é preciso ceder espaço ao experimentalismo clínico, considerando que, por vício ou costume, as teorias clássicas da psique humana julgaram “o inconsciente sem conhecer os fenômenos da atividade psíquica inconsciente, isto é, sem imaginar até onde eles se aproximam e em que se diferenciam dos fenômenos conscientes” (FREUD, 2012, pp. 346-347).

Já na sua segunda tópica, Freud mostra o quanto, na contramão de certos artificialismos lógicos, a experiência clínica indica que, se o *Eu* é em boa parte inconsciente, então “estar consciente é apenas uma qualidade que pode ou não juntar-se ao ato psíquico particular” (FREUD, 2011b, p. 232). Conferindo ao inconsciente sua autonomia dinâmica, Freud alega que

as teorias que o tratam como uma “quimera” absurda apenas reforçam a ideia de que suas “certezas” carecem de uma investigação mais profunda sobre os efeitos lacunares e disjuntivos da consciência e das pulsões. Tais hipóteses dão crédito ao paradigma segundo a qual a consciência é translúcida para si, mas acabam não reconhecendo “outra espécie de observação que não a auto-observação” (FREUD, 2011b, p. 233). Dentre tantas coisas, Freud alega que as experiências clínicas atestam a pertinência destes “impulsos de que nada se sabia e que era preciso inferir como qualquer fato do mundo exterior” (FREUD, 2011c, p. 92). A questão entorno da natureza do “inconsciente não é mais inteligente nem mais proveitosa do que a outra, anterior, de o que é o consciente” (FREUD, 2011c, p. 93).

Isto estabelecido, podemos deduzir que, para tudo aquilo que as teses consciencialistas enquadram como somático, Freud reivindica uma “outra determinação dos processos conscientes” (ESB, vol. XXIIIb, p. 99), a saber: a dos desejos inconscientes, cuja validação assegura que somente a subversão do conceito “de consciente, ou antes, da concepção da relação consciente/inconsciente, condiciona o advento do ponto de vista psicanalítico” (ASSOUN, 1978, p. 41). Fundamentalmente ligadas a projetos totalizantes, tudo se passa, para Freud, como se as estruturas de inteligibilidade das hipóteses fundadas nas leis estabelecidas pelo *cogito* fossem sinônimas de uma antipsicanálise. Daí a necessidade de contestá-las, pois não concedem que o sujeito não seja transparente para si.

Para além das fronteiras artificiais estabelecidas pelas narrativas conscientes, pela egoidade e pelas *pulsões de vida*, a estilização psicanalítica do inconsciente importa ao pensar na medida em que nos leva a reconhecer nos sonhos, lapsos, atos falhos, chistes, sintomas, repetições, etc. modos de presentificação do sujeito enquanto desejante. Fundado não em uma tese universalista de si, mas no inconsciente enquanto cena não-figurável, o *Eu* só pode, então, falhar em suas funcionalidades. “Furado” e dissolvido por dentro, “o *Eu* derrapa a partir de algo que o desconstrói, evidenciando a irrupção do desejo” (BIRMAN, 2003, p. 48).

Em psicanálise, “o sujeito é livre, mas perdeu o domínio de sua interioridade e já não é ‘senhor em sua própria casa’” (ROUDINESCO, 1999, p. 24). Enfatizando que por vezes a razão tornou-se um fantasma e que, por este motivo, Freud entende, sobre a vida subjetiva, que nada é dado de antemão: “cada sujeito tem uma história singular, e esta o faz reagir diferentemente de outro em situações idênticas” (ROUDINESCO, 1999, p. 26). Por meio do inconsciente, a pauta freudiana coloca em cheque a atração por narrativas totalizantes que nos conduzem a ficar presos “na retórica linguageira e dar as costas ao mundo do real” (BIRMAN, 2003, p. 51). Quando faz falar o vazio e o não-figurável, Freud parte da validação de uma leitura porosa e fragmentária do real, balizada pelas formações do inconsciente. Não plenamente sistematizável, o enigma psicanalítico, na medida em que recusa os projetos consciencialistas, coloca-nos diante de um problema irrevogável, a saber: o descentramento do sujeito.

Em psicanálise, o *Eu* enquanto síntese de sentido escapole “no momento em que articula *eu penso*, pois por mais claro e distinto que seja, essa *eu penso* é um significante, que encontra apenas o caráter evanescente do sujeito, no próprio ápice a que nos conduz” (BAAS & ZALOSZYC, 1996, p. 02). Ora, se o inconsciente é desejo, então o querer enraíza modos de existência fora dos registros puros da razão. A estilização psicanalítica confirma, portanto, o que Freud falava n’*A dissecação da personalidade psíquica (1933): Wo es war, soll ich warden* – “Onde era o *Id*, há de ser *Eu*” (FREUD, 2010e, p. 223); máxima que Lacan reinterpreta para “lá onde isso estava, lá, como sujeito, devo [eu] advir” (LACAN, 1998, p. 878), e cujo paradoxo demarca à tradição consciencialista suas limitações.

Dispondo a subjetividade no cerne dos seus construtos, Freud, através do inconsciente, nos leva a compreender que o sujeito não é mais o senhor das coisas, antes “uma consciência de si externa à espiral das causalidades mecânicas” (ROUDINESCO, 1999, p. 24). Nesse sentido, a psicanálise reclama sua originalidade quando, ao longo de suas tópicas, leva-nos a pensar sobre a

independência e o eterno retorno do inconsciente na vida subjetiva. Por meio dela, instaura-se “o primado de um sujeito habitado pela *consciência de seu próprio inconsciente*, ou ainda pela *consciência de seu próprio desapossamento*” (ROUDINESCO, 1999, p. 24). E é por dispor-nos a ideia de que só somos livres se aceitarmos os desafios de uma liberdade que corrói o que pensamos sobre nós mesmo, que demonstra sua capacidade, ainda hoje, de dar respostas às barbáries de uma sociedade hostil e suicidária, marcada pelo mal-estar, e cuja tendência é reduzir o humano a uma máquina sem afetos. Da primeira à segunda tópica, o inconsciente freudiano introduz para a humanidade um modo de lidar com as faltas que, além de não extirpáveis, nos descentram a todo momento.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Freud e Marx. Marx e Freud: introdução crítica-histórica*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ASSOUN, Poul-Laurent. *Freud, a Filosofia e os Filósofos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1978.
- ASSOUN, Poul-Laurent. *La Metapsicologia*. Mexico [Coyoacán]: Siglo Veintiuno Editores, 2002.
- BAAS, Bernar; ZALOSZYC, Armand. *Descartes e os fundamentos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996
- BIRMAN, Joel. *Freud e a filosofia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003
- CHAUI-BERLINCK, Luciana. *O Inconsciente*. São Paulo: Martins Fontes, 2014
- FREUD, Sigmund. (1893-1895). *Estudos Sobre a Histeria*. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, vol. II.
- FREUD, Sigmund. (1899). *A Interpretação dos Sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- FREUD, Sigmund. (1905). *O chiste e sua relação com o inconsciente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, vol. VII
- FREUD, Sigmund. (1913). *O Interesse da psicanálise*. In: FREUD, S. *Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, vol. XI.
- FREUD, Sigmund. (1914). *Introdução ao Narcisismo*. In: FREUD, S. *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a, vol. XII.
- FREUD, Sigmund. (1915). *O Inconsciente*. In: FREUD, S. *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b, vol. XII
- FREUD, Sigmund. (1917). *Luto e Melancolia*. In: FREUD, S. *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c, vol. XII
- FREUD, Sigmund. (1920). *Além do Princípio do Prazer*. In: FREUD, S. *História de uma Neuróse Infantil (“O Homem dos Lobos”), Além do Princípio do Prazer e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010d, vol. XIV.
- FREUD, Sigmund. (1923). *O Eu e o Id*. In: FREUD, S. *O Eu e o Id, “Autobiografia” e Outros Textos*. Companhia das Letras, 2011a, vol. XVI
- FREUD, Sigmund. (1925) *As resistências à psicanálise*. In: FREUD, S. S. *O Eu e o Id, “Autobiografia” e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b, vol. XVI.
- FREUD, Sigmund. (1925) *Autobiografia*. In: FREUD, S. S. *O Eu e o Id, “Autobiografia” e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c, vol. XVI
- FREUD, Sigmund. (1933). *A dissecação da personalidade psíquica*. In: FREUD, S. *O Mal-Estar da Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010e, vol. XVIII.
- FREUD, Sigmund. (1940 [1938]). *Algumas lições elementares sobre psicanálise*. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, vol. XXIIIa.
- FREUD, Sigmund. (1940 [1938]). *Esboço de psicanálise*. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, vol. XXIIIb
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014a.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução a teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014b. v. III.

- GRODDECK, Georg. *O livro d'ISSO*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- LACAN, Jacques. (1955-1956). *Do Não-senso, e da estrutura de Deus*. In: LACAN, J. *O Seminário, livro 03: As Psicoses*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988a.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998
- LACAN, Jacques. *O inconsciente freudiano e o nosso*. In: LACAN, J. *O Seminário, livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988b.
- LAPLANCHE, Jean. *Vida e Morte em Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, Jean Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- NÁSIO, Juan-David. *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993
- NÁSIO, Juan-David. *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997
- NÁSIO, Juan-David. *O Prazer de Ler Freud*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- PEREZ, Daniel Omar. *O inconsciente: onde mora o desejo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017
- ROUDINESCO, Élisabeth. *Por que a psicanálise?*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999
- ROUDINESCO, Élisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998

Contribuição dos(as) autores(as) / Author's Contributions: Diego Luiz Warmling e Petra Bastone participaram da pesquisa, da discussão e da redação do artigo. Ambos(as) aceitaram e aprovaram a versão final do texto.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Diego Luiz Warmling. diegowarmling@hotmail.com